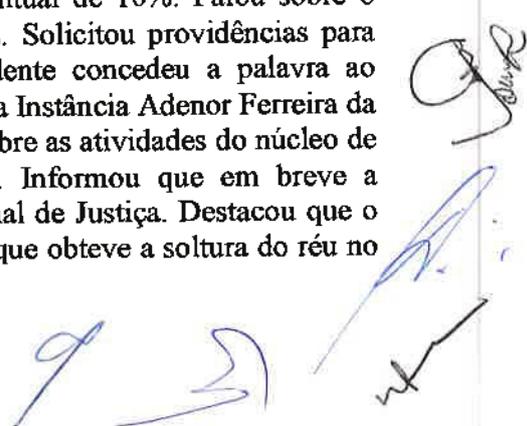
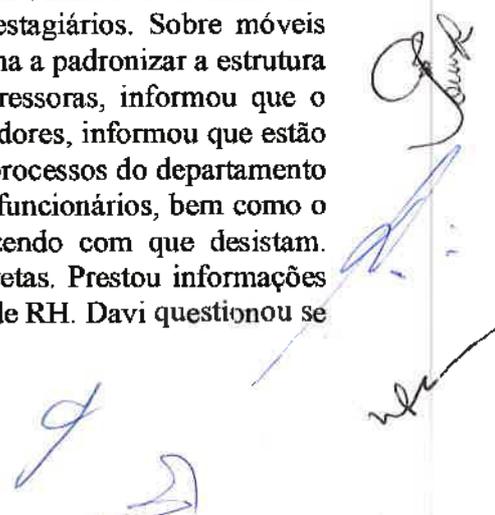


**ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e sete, na sala de reuniões da CGA - Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Daniela Sollberger Cembranelli, Roque Jerônimo Andrade, Vitore André Zílio Maximiano, Victor Hugo Albernaz Junior, Franciane de Fátima Marques, Willian Fernandes. Ausentes justificadamente os Conselheiros Noadir Marques da Silva Junior, Antonio José Maffezoli Leite e Wagner Giron de La Torre. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min. Instalada a sessão a Presidente saudou a todos. Fez a leitura das alterações sugeridas pelo Conselheiro Carlos Weis na ata da 64ª sessão e a leitura da ata da 65ª sessão. Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, as atas da 64ª e 65ª sessão do Conselho Superior. Passou às Comunicações da Presidência. Noticiou que o anteprojeto do Quadro de Apoio foi encaminhado ao Governador essa semana e que conversou com o Secretário da Casa Civil solicitando urgência no trâmite em razão da saída dos funcionários da PGE em janeiro do próximo ano. No que diz respeito à questão remuneratória, a presidente informou que ainda não houve qualquer definição por parte do Governo. Informou que a audiência com o Governador foi confirmada, em data ainda não definida. Em razão da solicitação feita na semana anterior, informou que o processo que trata do pagamento da OAB pelo FAJ está com a assessoria do gabinete para parecer. Com relação ao pedido que diz respeito ao pagamento do IANSPE, informou que não foi feito no âmbito da Defensoria, mas diretamente naquele órgão. Sobre as sessões do Conselho Superior nas Regionais do interior, falou da dificuldade relacionada ao horário de trabalho dos motoristas e disse que em razão disso, talvez a sessão em Araçatuba tenha que ser adiada. Afirmou que entrará em contato com os Conselheiros durante a semana para combinar as viagens para as demais regionais. Em seguida, a Presidente passou a palavra ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos para realização da posse da defensora pública de Thais de Campos. A colega assinou o livro de posse e agradeceu a todos, inclusive aos pais pelo apoio recebido. A Presidente deu boas vindas à nova colega. Concedeu a palavra aos Conselheiros para manifestarem-se sobre a posse. Os Conselheiros deram boas vindas à nova colega. Passou-se às comunicações da secretaria. A Secretária justificou a ausência dos Conselheiros Wagner Giron de La Torre e Noadir Marques da Silva Junior. Prestou informações sobre as providências tomadas durante a semana sobre processos CSDP nº. 1011/07 e 1088/07. Passou-se ao momento aberto. A Presidente passou a palavra ao Defensor Fábio Jacyntho Sorge, que se manifestou sobre o pedido de gratificação para os Defensores do Foro da Lapa. Defendeu a fixação do percentual de 10%. Falou sobre o horário da triagem e sobre a demanda grande de processos. Solicitou providências para apurar as atribuições de cada Defensor Público. A Presidente concedeu a palavra ao Defensor Público Coordenador auxiliar do Núcleo de Segunda Instância Adenor Ferreira da Silva, que cumprimentou os novos colegas. Prestou contas sobre as atividades do núcleo de segunda instância. Leu os principais tópicos do relatório. Informou que em breve a Defensoria Pública terá seu próprio espaço dentro do Tribunal de Justiça. Destacou que o núcleo realiza plantão para sustentação oral no TJ. Noticiou que obteve a soltura do réu no



caso citado em sessão anterior em que foi prejudicado pelo promotor. Informou a pauta mensal dos plantonistas. Informou regimento interno do núcleo. Informou que estão desenvolvendo uma página no site da Defensoria onde serão divulgadas as escalas de atuação no Tribunal de Justiça para conhecimento dos Defensores, bem como repertório jurisprudencial. Informou dificuldades de colegas em se afastarem para fazer plantão. A Presidente passou a palavra para Patrícia Simeonato, Defensora Pública Assessora. Esclareceu ao Conselho os métodos que serão adotados para implementação do projeto de Gestão de Qualidade do Atendimento ao Cidadão. Informou as regionais e unidades que visitou esta semana. Informou que a Defensoria sai da fase de projeto e entra na era da execução, traçando padrões mínimos de qualidade de acordo com suas realidades. Informou que as visitas serão feitas até o começo de novembro. Dra. Cristina informou que a idéia é, dentro das condições que temos, aproximarmos o atendimento, o máximo possível, do modelo proposto pela assessoria. Passou a palavra para Davi Eduardo Depiné Filho – Presidente da Apadep. Lamentou a saída de Patrícia Simeonato da Diretoria Financeira da Apadep. Informou que Rafael Ramia Muneratti vai assumir o cargo. Questionou as estratégias no cenário negativo atual da instituição. Comparou a forma de o Governo enxergar a carreira com a Magistratura e Ministério Público, com relação à autonomia da instituição. Disse ter dificuldades em obter informações sobre o posicionamento do Governo. Esclareceu que a solução é continuar pressionando como estão fazendo. Informou que a luta pela PEC deve se fortalecer. Outra alternativa é conseguirmos iniciativa legislativa via PEC Estadual, o que já foi tratado com o deputado Fernando Capez. Informou a notícia que tiveram esta semana sobre a promoção para o nível I, afirmando que isso não é benefício nenhum pela carreira. Disse que a notícia do reajuste zero tornou a situação crítica. Segunda-feira terá reunião com Dr. Marrey e isso será transmitido a ele. Falou do artigo 128 parágrafo único, que dispõe sobre as prerrogativas do defensor público. Acredita que esta prerrogativa deve ser estendida para solucionar os casos de dificuldades com promotores de justiça com os defensores do júri. Davi esclareceu que o deputado Capez ouviu do Secretário da Casa Civil que o projeto de quadro de apoio está bem encaminhado, mas que o reajuste da remuneração não será decidido agora. A presidente passou a palavra aos Defensores Públicos Nancy Flosi, Coordenadora Geral de Administração e Fabiano Majorana, coordenador-auxiliar. Informaram sobre o andamento dos trabalhos no âmbito da CGA. Dra. Nancy informou o andamento da obra do prédio da Boa Vista, 200. Informou que a primeira etapa da obra será em 04 meses. Justificou o atraso na entrega dos carros locados e disse que emergencialmente serão entregues outros veículos até que se solucione o problema de forma definitiva. Informou que o contrato com os correios para malote já foi assinado pela Defensoria e deve ser devolvido na próxima semana. Informou que o contrato da Fundap para contratação de estagiários foi firmado e que a previsão para terminarem o concurso público é para o mês de outubro. O contrato não será só para repor, mas também para aumentar o número de estagiários. Sobre móveis informou reunião onde ficou definida a compra de móveis de forma a padronizar a estrutura das regionais. O prazo de entrega é de 30 dias. Sobre as impressoras, informou que o pregão está marcado para o dia 03 de outubro. Sobre os computadores, informou que estão no processo da imagem para formatação. Informou o volume de processos do departamento de Infra-estrutura. Informou a dificuldade pelo baixo número de funcionários, bem como o salário de funcionários de cargos comissionados, que está fazendo com que desistam. Solicitou ajuda dos coordenadores para prestar informações corretas. Prestou informações sobre o pagamento de gratificações e diárias pelo Departamento de RH. Davi questionou se



há possibilidade de fazer folha suplementar pelo DRH para pagamento dos novos defensores. Nancy informou que pelo novo sistema da Fazenda, talvez isso não seja possível. A Presidente passou a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Victor Hugo questionou o tempo para solução de entrega de computadores. Nancy respondeu que dependemos da imagem que está sendo feita pela Dell. Falou que deve ser bem feita. Informou as providências para entrega de número emergencial, em 15 dias. O Conselheiro Victor Hugo questionou o colega Fábio, da Lapa, sobre sua manifestação. Manifestou-se contrário ao pleito. A presidente solicitou que esta colocação deve ser feita quando entrarem na ordem do dia. A Presidente informou ao Davi que designou Vitore para acompanhar o caso do colega Ricardo, do Tribunal do Júri. Com relação à contagem de tempo da OAB, informou que o processo está com a colega assessora Márcia Garutti. Informou que solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Limongi uma cópia da decisão favorável do Tribunal de Justiça, para instruir o parecer da assessoria. O Conselheiro Willian teceu comentários sobre a ultima Assembléia da Apadep e que teria sido informado da cobrança de sua presença. Informou que a opinião da Ouvidoria é favorável ao pleito salarial e todos aqueles que visem fortalecer a carreira. Colocou-se à disposição. Falou sobre o Evento da Alesp, soube que houve uma boa repercussão. Com relação à questão remuneratória, informou que fez uma proposta ao Conselho da Ouvidoria de fazer uma moção de apoio. Parabenizou o gabinete por ter trazido Patricia Simeonato para o trabalho de melhoria no atendimento. Informou a demanda de reclamações de usuários na Ouvidoria. Relatou um caso de falta de respeito de Defensor Público com assistido. O Conselheiro Carlos Weis justificou sua ausência na sessão anterior por estar no Rio de Janeiro participando de Curso sobre Processo Disciplinar. Informou que a Corregedoria está preparada. Informou que Julianna Alaver Peixoto, assistente da Corregedoria, participará de um curso similar. Noticiou a todos os defensores que este é o último mês que será utilizado modelo de relatório para a Corregedoria. Até a T.I. resolver isto, o modelo foi feito em uma planilha do excel à partir de agora está disponível no site da Defensoria, provisoriamente. Explicou como deve ser utilizado. Agradeceu a presença de Patricia Simeonato para gerenciar o projeto para melhoria do atendimento. Manifestou-se a respeito do relato do Conselheiro Willian sobre a Defensora que teria faltado com o urbanidade no trato com um assistido. Dr. Fabiano Majorana informou que se reuniu com Diretor da Fundap, para um programa de capacitação. Informou que esteve com o Diretor da EDEPE e que o mesmo está vendo a possibilidade de fazer o curso por vídeo-conferência. O Conselheiro Carlos Weis solicitou um treinamento para os defensores lidarem com o público. Sobre as atribuições funcionais, informou que a Comissão criada está apurando informações. Esclareceu o andamento. Manifestou-se sobre o artigo 128, parágrafo único, da lei 80/06. Opinou que a defesa, nesses casos, deve ser feito *pro bono*. O Conselheiro Vitore informou que ontem entregaram para o Ministério da Justiça, o projeto para trabalhar com presos provisórios nas grandes capitais. Informou como será feito o trabalho. Cumprimentou os colegas do Núcleo de Segunda Instância. Comunicou a mudança de salas no prédio da Liberdade. Informou que todos os andares serão padronizados. Informou que o projeto foi feito pela CGA. Informou publicação do ato estabelecendo rotinas da triagem para os plantões e dos plantões para as unidades. Noticiou que hoje é o último dia do vínculo da Defensoria com a PGE. Que todos os Procuradores que estavam prestando serviço para a Defensoria se desligam hoje. Prestou informações sobre o processo da OAB/FAJ. Noticiou que o órgão especial do Tribunal de Justiça tem parecer favorável à contagem do tempo de advocacia. Manifestou-se a respeito da questão

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

remuneratória e sobre a autonomia e independência da instituição. Esclareceu que estão ansiosos para a decisão do Governo do Estado sobre a questão remuneratória para que possam decidir o rumo a tomar. Falou sobre as pressões sofridas pelo gabinete. O Conselheiro Carlos Loureiro noticiou decisão sobre ilegitimidade da defensoria pública para intentar ações civis públicas. Preocupa-se com isso. Solicitou providências da Apadep. Informou as graves conseqüências no âmbito do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Informou estratégias que tomarão até que seja solucionada a questão. A Conselheira Daniela prestou informações acerca da Adin. Informou providências que estão tomando, em Brasília, junto aos Ministros, para que a decisão seja favorável à Defensoria. Informou que a previsão para o julgamento da Adin é de mais um mês. Sobre a questão remuneratória, esclareceu que não acredita no aumento e que apoiará a Associação na decisão que tomarem. Manifestou-se sobre crítica construtiva no trabalho no âmbito da Segunda Instância, no que diz respeito a rotina, independência e autonomia funcional e a manifestação contrária de Defensores Públicos. Informou que a instituição deve tomar cuidado com críticas, evitá-las. A Conselheira Franciane manifestou-se a respeito. Disse que a independência e autonomia funcional devem ser encaradas sobre a ótica institucional que o caso trazido pela Conselheira Daniela é só um exemplo. O Conselheiro Carlos Weis pediu a palavra. Manifestou-se na questão da Ação Civil Pública. Solidarizou-se com a Conselheira Daniela. A Presidente narrou ligação recebida pela Ministra Maria Tereza, do STJ, sobre os Habeas Corpus intentados erroneamente. Informou que a encontrou pessoalmente e que na oportunidade a mesma mostrou a pasta de habeas corpus da Defensoria Pública de São Paulo. Alertou para que não prejudique a imagem da instituição. A Presidente informou que a Conselheira Daniela tomou a atitude correta em estabelecer rotinas no âmbito de segunda instância para evitar a situação desagradável e a má imagem da instituição. A Conselheira Daniela solicitou ao Gabinete que se debruce sobre a questão de obter estas informações. A Presidente manifestou-se. A Conselheira Franciane informou que esteve ontem na triagem e que ficou impressionada com o volume de trabalho dos colegas. Informou que os colegas estão faltando em plantões por causa do cansaço. Informou que solicitaram aprovação da gratificação. Manifestou-se a respeito da falta de urbanidade por parte do defensor trazida pelo Conselheiro Willian. Solidarizou-se com os defensores que estão na triagem. O Conselheiro Vitore manifestou-se sobre as faltas nos plantões. Explicou como esta solucionando a questão. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se a Ordem do Dia. A presidente consultou os Conselheiros para inversão à pauta, o que foi aprovado. CSDP nº. 1085/07. Interessado: Vitore André Zílio Maximiano. Assunto: Proposta de deliberação para alterar a Deliberação 18/06, fixando percentual para serviço em condições de especial dificuldade decorrente de localização. A Conselheira relatora leu seu relatório e voto. Votou pelo acolhimento da proposta. A Presidente colocou em discussão. Aprovado, por unanimidade, nos termos do voto do relator. A presidente consultou os Conselheiros a respeito dos processos pleiteando gratificações. Sugeriu que o julgamento aguarde a definição das atribuições para evitar votação casuisticamente. O Conselheiro Carlos Weis manifestou-se. A Conselheira Daniela manifestou-se. Exemplificou a problemática citando a situação dos colegas do DIPO que atuam em flagrantes. Esclareceu que há desigualdade se comparados com atendimento no interior. O Conselheiro Vitore manifestou-se. Esclareceu que estes processos ainda não estão amadurecidos para votação. A Conselheira Franciane manifestou-se. Solicitou que os processos sejam votados, visto que esta discussão já foi feita quando os processos entraram em pauta. O Conselheiro Carlos Weis opinou que no caso da revisão criminal o processo

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

está devidamente instruído. Quanto aos demais, solicitou a manifestação dos relatores. A Presidente submeteu a votação da proposta feita por ela de adiar o julgamento dos processos 651/07, 652/07 e 995/07 até a finalização dos trabalhos da Comissão para definição das atribuições. O Conselheiro Carlos Weis prestou informações sobre o trabalho da Comissão. Informou que tenta fechar o prazo para entrega do quadro geral da questão das atribuições, em 15 dias. Em votação proposta da Presidente. O Conselheiro Victor Hugo, Daniela Sollberger, Franciane e Roque votaram contra a proposta. O Conselheiro Vitore e o Conselheiro Carlos Loureiro votaram a favor e o Coconselheiro Carlos Weis votou por julgar o processo de revisão criminal e adiar os outros. Proposta rejeitada por maioria. CSDP nº. 651/07. Interessado: Silvana Jota de Figueiredo. Assunto: Pedido de gratificação para atuação nos flagrantes encaminhados aos Defensores Públicos que atuam na Regional de Sorocaba. Concedida vista à Conselheira Franciane de Fátima Marques. CSDP nº. 652/07. Interessado: Pedro Giberti. Assunto: Proposta de deliberação para que se considere serviço de especial dificuldade decorrente de natureza a atuação dos Defensores Públicos em Ações de Revisão Criminal. Concedida vista à Conselheira Daniela Sollberger Cembranelli. CSDP nº. 995/07. Interessado: Sergio Wagner Locatelli. Assunto: Sugestão de inscrição dos novos defensores que exercem atividades na Regional Criminal no Plantão de Triagem e pedido de gratificação para os inscritos. Concedida vista ao Conselheiro Carlos Weis. CSDP nº. 1007/07. Interessado: Renato Campos Pinto de Vitto. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar mecanismos de monitoramento e avaliação dos enunciados nas Pré-Conferências e Conferência Estadual. Concedida vista ao Conselheiro Roque Jerônimo de Andrade. CSDP nº. 1066/07. Interessada: Daniela Sollberger Cembranelli. Assunto: Relatório de atuação do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. O Conselheiro relator Carlos Loureiro leu seu relatório e voto. Votou pela aprovação do relatório apresentado, com a recomendação de aumento de quadros de defensores em Brasília. Aprovado por unanimidade. CSDP nº. 1068/07. Interessado: Flávio Américo Frasseto. Assunto: Relatório de atividades do Núcleo da Infância e Juventude. Concedida vista ao Conselheiro Willian Fernandes. CSDP nº. 1075/07. Interessado: Associação paulista de Defensores Públicos – Apadep. Assunto: Sugestão de deliberação que regulamente o afastamento de Defensores Públicos ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e membros do Conselho Superior, para concorrerem a outros cargos e mandatos eletivos. Concedida vista ao Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia nem outras manifestações, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, vinte e oito de setembro de 2007.

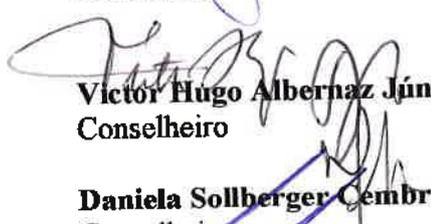
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Carla' and several smaller initials.



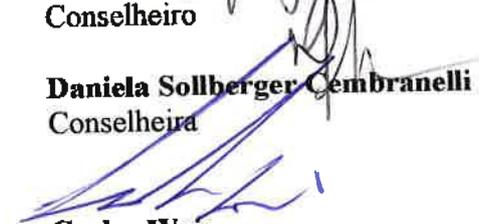
**Cristina Guelfi Gonçalves**  
Presidente



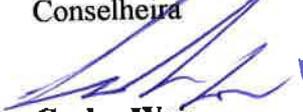
**Vitore André Zilio Maximiano**  
Conselheiro



**Victor Hugo Albernaz Júnior**  
Conselheiro



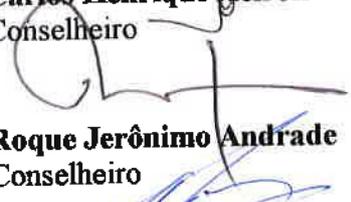
**Daniela Sollberger Cembranelli**  
Conselheira



**Carlos Weis**  
Conselheiro



**Carlos Henrique Acirón Loureiro**  
Conselheiro



**Roque Jerônimo Andrade**  
Conselheiro



**Willian Fernandes**  
Conselheiro



**Franciane de Fátima Marques**  
Conselheira